

# O orçamento para 1990 <sup>31 JUL 1989</sup> reduz os investimentos

## JORNAL DA TARDE

Quando o Congresso Nacional aprovou, há um mês, o rigoroso substitutivo elaborado pelo deputado José Serra (PSDB-SP) para o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, nasceu a esperança de que o restabelecimento do princípio da austeridade na gestão dos recursos públicos permitiria ao governo recuperar, ainda que lentamente, sua capacidade de investir. Em consequência, não seria demais esperar também que, passada a fase pior do descontrole dos gastos oficiais, começaria a melhorar a qualidade dos serviços que o poder público presta à sociedade, como indispensável contrapartida à parcela de riqueza que recolhe dos cidadãos, sob a forma de tributo.

As dimensões da crise do setor público, entretanto, mostram agora que as esperanças — perfeitamente compreensíveis num país que, nos últimos tempos, se viu constrangido a conviver apenas com más notícias — eram exageradas. Para cumprir a determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, segundo a qual as despesas não podem exceder as receitas, a equipe técnica da Secretaria do Planejamento (Seplan) não vê outra saída senão cortar os investimentos do governo federal.

O Poder Executivo tem prazo até o final do mês de agosto para enviar ao Congresso Nacional a proposta do Orçamento Geral da União do próximo ano. O orçamento, por isso, ainda está em elaboração, mas sabe-se que o equilíbrio entre receitas e despesas será obtido pela redução dos investimentos da administração direta à metade do que se investe ao longo deste ano.

É uma medida que, se aprovada pelo Congresso — como parece ser inevitável que aconteça, dado o quadro crítico das finanças públicas —, tornará pior uma situação péssima: sem poder contar com a necessária expansão dos serviços de infra-estrutura econômica e social que compete ao Estado prover, a nação corre o risco de ver deteriorar-se aquilo que já existe, por falta de recursos para sua manutenção.

“Estamos elaborando um orçamento fiscal duríssimo, mas realista, porque tem o objetivo básico de demonstrar a situação de insuficiência de recursos e, conseqüentemente, a necessidade de reformas profundas”, diz o secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Pullen Parente. Há três meses, numa reveladora exposição sobre as contas da União que fez na Câmara dos Deputados, Parente observara que de pouco adiantaria realizar cortes adicionais nas despesas do governo se eles não fossem acompanhados de um rigoroso enxugamento da máquina administrativa. Sem esse enxugamento, tais cortes resultariam no agravamento do processo de deterioração dos ativos físicos do governo, como as rodovias, as escolas, os hospitais. Não houve o enxugamento e, para contornar o problema, a Seplan decidiu cortar os investimentos.

Vai-se reduzir o que já era pouco. Em 1975, os investimentos públicos representavam 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; neste ano, não devem passar de 0,47%; no próximo, se reduzidos pela metade, baixarão para algo entre 0,2% e 0,3% do PIB. É um número claramente insuficiente para as necessidades do país.

É mais um retrato, entre os muitos que os brasileiros têm visto nos últimos meses, daquilo que realisticamente o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, chamou de “virtual colapso das finanças públicas”. Esse colapso, de acordo com o ministro, originou-se dos movimentos coordenados, embora de sentidos contrários, da carga tributária bruta, que caiu de 26,2% do PIB em 1974 para 22,1% no ano passado, e dos gastos correntes do setor público, que subiram de 9,7% para 11,8% do PIB no mesmo período. Além disso, de tudo que a União arrecada, 92% tem destinação certa, que não pode ser modificada pelo governo: são as transferências para os estados e municípios, as despesas com pessoal, os encargos da dívida e as receitas vinculadas.

Uma parte das despesas poderá ser reduzida, com a determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de que pelo menos 80% dos cargos vagos a 1º de janeiro do próximo ano sejam extintos e 50% dos que vagarem ao longo de 1990 tenham o mesmo destino. Talvez seja uma medida de alcance limitado do ponto de vista financeiro, mas é certamente indispensável como demonstração de que a crise apontada pelo ministro da Fazenda será combatida, onde o combate for necessário. Neste ano, os gastos do Tesouro com o pagamento de funcionários, incluindo-se os inativos, consumirão 89,7% da receita tributária disponível, com crescimento real de 13% em relação a 1988 e com ameaça de ultrapassar o limite constitucional de 65% de todas as despesas correntes.

Outra medida importante contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias é a redução dos incentivos fiscais em 50% no próximo ano. Nesta semana o Executivo envia ao Congresso as mudanças na legislação tributária necessárias para cumprir essa determinação e não se afasta a hipótese de que haja pressões políticas no sentido de impedir os cortes — são, aliás, as mesmas pressões que, na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conseguiram excluir os Fundos de Investimento do Nordeste (Finor) e da Amazônia (Finam) da redução dos incentivos fiscais.

Se essas pressões forem novamente vitoriosas, o rigor da Lei de Diretrizes Orçamentárias e o esforço da equipe da Seplan em cumpri-la, já por si insuficientes diante da imensa crise do setor público, perdem parte de sua eficiência. A culpa será dessa política movida por interesses menores que, afinal, está na origem da própria crise.